

CORPOS NEGROS EDUCADOS: NOTAS ACERCA DO MOVIMENTO NEGRO DE BASE ACADÊMICA

ALEX RATTS

Antropólogo. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e do mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Goiás. Coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

INTRODUÇÃO

O debate público acerca das ações afirmativas para grupos sociais historicamente discriminados com foco para as cotas raciais pode ser inserido numa discussão acerca da relação entre educação e corporeidade. Há um notório incômodo com os corpos negros, corpos que pensam, que propõem esse debate, e com as corporeidades negras que estão adentrando a universidade brasileira de forma coletiva e organizada.

Os anos 1970, período considerado de surgimento do movimento negro contemporâneo, são, para mim, também a época de formação do que denomino de movimento negro de base acadêmica (RATTS, 2009). Ele se caracteriza pela ação organizada de docentes e discentes, por vezes de técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico e, na contemporaneidade, constituem grupos de atuação como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os Coletivos de Estudantes Negros, dentre outros.

Neste ensaio, que advém de pesquisas e observações que tenho realizado individualmente ou em conjunto com outros/as pesquisadores/as acerca das trajetórias de intelectuais ativistas negros (RATTS, 2007, 2009; RATTS & RIOS, 2010), primeiramente apontamos aquele que consideramos um momento inicial de constituição deste campo. Os destaques vão para o Grupo de Trabalho André Rebouças formado pela historiadora Beatriz Nascimento e por estudantes negros/as na Universidade Federal Fluminense entre

RESUMO

Neste ensaio, abordo a formação do movimento negro de base acadêmica na década de 1970. Em seguida, discuto brevemente a constituição dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros entre os anos 1980 e 1990 e faço referência à criação dos Coletivos de Estudantes Negros/as na década seguinte, período concomitante à discussão e implementação de Ações Afirmativas e das cotas raciais. Na conclusão, trato da entrada de “corpos negros educados” no espaço acadêmico, com significativa atuação individual e coletiva.

Palavras chave: negros, movimento negro acadêmico, intelectuais negros, corpos educados.

RESUMÉ

Dans cet essai, j'aborde la formation du mouvement noir académique dans la décennie de 1970. Ensuite, je discute brièvement la constitution des Noyaux d'Études Afro-Brésiliennes entre les années 1980 et 1990 et fais de la référence à la création des Collectifs d'Étudiants Noirs dans la décennie suivante, période concomitante à la discussion et mise en oeuvre d'Actions Affirmatives et des quotas raciales. Dans la conclusion je reflète concernant l'entrée de « corps noirs instruits » dans l'espace académique, avec significative performance individuelle et collective.

Les Mots Clé: mouvement noir académique, intellectuels noirs, corps instruits.

1974 e 1975, e para a *Quinzena do Negro*, organizada na Universidade de São Paulo, em 1977, pelo sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira.

Depois discorro brevemente acerca da formação de grupos acadêmicos nos anos 1980 e 1990, os chamados Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e, por fim, faço referência à criação de Coletivos de Estudantes Negros/as (CENs) nos anos 2000, período concomitante à discussão e implementação de Ações Afirmativas e das cotas raciais. A conclusão aponta para a entrada e permanência de corpos negros discentes e docentes no espaço acadêmico, com significativa atuação individual e coletiva, como portadores de um projeto político acadêmico que tem memória e história.

A MOVIMENTAÇÃO NEGRA NO ESPAÇO ACADÊMICO

Desde a criação das universidades brasileiras, voltadas para uma elite social, até o último quartel do século XX, a presença de acadêmicos/as negros/as é uma exceção que confirma a regra. Nos anos 1970, podemos dizer que alguns/umas ativistas que participam da reorganização do movimento negro contemporâneo, também se situam no interior de algumas universidades públicas e privadas e chegam a constituir grupos de estudo e de intervenção neste âmbito, o que me leva a afirmar a existência de um movimento negro de base acadêmica ou mais simplesmente um movimento negro acadêmico para o período, a exemplo do que se observa na es-

fera religiosa com grupos como os Agentes de Pastoral Negros e o Movimento Negro Evangélico.

Este fenômeno exige algumas considerações acerca da pluralidade interna do movimento negro. Nos primeiros anos da reorganização do movimento negro, Lélia Gonzalez (1982) chama a atenção para a pluralidade de organizações e para a sua unidade. Posteriormente, Joel Rufino dos Santos amplia para o passado e o presente a gama de entidades com base em levantamento de Paulo Roberto dos Santos (1984):

(...) a melhor definição de movimento negro é: todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, J. 1994b: p. 157).

Ampliar este quadro não aponta necessariamente para uma compreensão, pois nem todos os grupos negros (ou de maioria negra) culturais, recreativos e religiosos conhecidos se identificam como movimento



negro ou são reconhecidos pelos fóruns políticos negros. O dilema entre cultura e política se instaura particularmente aí, porém, no meu entendimento, trata-se de voltar-se para os critérios de identificação e para o campo e forma de atuação de cada grupo. Alguns autores como Márcio André O. dos Santos (2009) preferem a expressão no plural – movimentos negros – como se o singular previsse uma harmonia, assertiva com a qual não concordo, optando pela denominação de Gonzalez e Rufino e, mais recentemente, de Rios (2009).

J. Santos sintetiza o quadro do período:

Foi nos anos setenta que a luta organizada contra o racismo desembocou, enfim, num movimento negro de amplitude nacional e claramente destacado de outros movimentos sociais e políticos. Aquilo que os próprios militantes negros convencionaram chamar de movimento negro, no entanto, são na verdade cerca de 400 entidades, de diversos tipos, frouxamente articuladas entre si – há quem prefira mesmo designá-lo por “movimentos negros”, no plural. Há desde organizações políticas rígidas (como o Movimento Negro Unificado, o MNU, a mais notória), até instituições semi-acadêmicas (como o Grupo André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense), passando por centros autônomos de pesquisa histórica e cultural do negro (como o Centro de Cultura Negra do Maranhão, por exemplo). (1994a: p. 94).

J. Santos se refere a um momento em que há poucas entidades nacionais como o MNU, mas também a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), o Grupo de União e Consciência Negra (fundado entre 1978 e 1980, no seio da igreja católica, com a qual rompe logo depois) e os Agentes de Pastoral Negros (APNs), organização criada em 1983 (SANCHIS, 1999: p. 63-64). No entanto, desde meados dos anos 1980, pode-se dizer que a ação em escala nacional do MNU e das organizações mencionadas é seguida pela regionalização e nacionalização de outras coletividades, a exemplo dos encontros de negros Norte e Nordeste e dos encontros nacionais de mulheres negras.

Márcio André dos Santos comenta o trecho acima de J. Santos:

Esta citação é interessante por três razões: 1) capta a noção consensual do que significa movimento negro; 2) descreve em linhas gerais seus tipos organizativos e, 3) estabelece uma periodização para um movimento negro de tipo mais “político”. De fato, boa parte da literatura sobre este movimento social fala de uma “renovação” ou “retomada” dos movimentos negros no final dos anos 70. No entanto, outros trabalhos apontam que o “movimento negro moderno” data do início dos anos 30, transformando-se continuamente (...). (SANTOS, M. 2009: p. 237).

O autor provavelmente está tratando de entidades como Frente Negra Brasileira (FNB), União dos Homens de Cor (UHC) e Teatro Experimental do Negro (TEN), que atuam na primeira metade de século XX (DOMINGUES, 2007), período durante o qual não identifiquei uma articulação negra de base acadêmica.

Uma citação a mais de J. Santos contribui para a percepção da entrada, ainda que reduzida e por vezes superestimada, de jovens negros/as no meio acadêmico:

É preciso lembrar, em seguida, que os movimentos negros são filhos do “boom” educacional dos anos setenta – proliferação de faculdades particulares estimulada pelo estado como solução para a “crise de vagas no ensino superior”, considerado, geralmente, um ponto crítico das relações sociedade-governo desde 1960.

De fato, os jovens que fundam, nos anos setenta, entidades negras de luta contra o racismo, são invariavelmente desta geração universitária. Geração, primeiro, do Rio e de São Paulo, onde a proliferação de faculdades privadas foi maior, mas também dos estados, em que a fuga de candidatos brancos para centros mais adiantados de ensino abria vagas para negros – é o caso por exemplo do Maranhão e do Rio Grande do Sul, onde o grande número de “negros doutores” causa espanto e gera atritos peculiares (1994a, p. 96).

Além da irônica expressão “negros doutores”, que remete à presença de licenciados/as e bacharéis no movimento, merece relativização esta afirmação de J. Santos que, como intelectual reconhecido participou

deste processo e ministrou cursos em vários estados brasileiros. É difícil estimar a proporção de pessoas graduadas entre os/a fundadores das entidades negras nos estados no período em foco. Parte significativa dos/as ativistas negros/as que fundaram as referidas entidades não tinham passagem pela universidade, tanto que em algumas situações se instaura uma tensão em torno do risco de embranquecimento dos/as acadêmicos/as negros/as (RATTS, 2007; 2009).

No caso do movimento negro de base acadêmica, nos anos 1970 e 1980, poucos grupos se identificaram ou foram identificados como tal. É o caso do Grupo de Trabalho André Rebouças, criado na Universidade Federal Fluminense, bem como do GTPLUN (Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros) de São Paulo e do Grupo Negro da PUC-SP (SANTOS, I. 2006).

A transformação provocada no momento da atuação relativamente conjunta de intelectuais ativistas negros/as ou de negros/as intelectuais como prefere Sales Augusto dos Santos (2007), é pontuada por Rios (2009), que indica que este quadro se verifica em outros movimentos sociais na América Latina:

(...) os estudos que engrossam a produção sobre movimento negro a partir dos anos 70 são feitos, em grande medida, por intelectuais negros, nacionais e estrangeiros, engajados na luta anti-racista. Isso não foge, pois, a uma tendência da geração desse período: muitos militantes e simpatizantes de diversos movimentos sociais tornam-se pesquisadores dessa forma de ação coletiva em toda a América Latina, como foi muito bem notado por Cardoso (1989) e Gohn (2004). No caso do movimento negro, esse fato torna-se mais decisivo nos anos 80 em diante, pois na década anterior ainda podemos verificar uma transição, um momento ainda mesclado pelos padrões de pesquisadores e perspectivas analíticas antigos, juntamente com as novas tendências tidas como críticas que ameaçavam aparecer. (p. 266-267)

Para o período em foco, na literatura específica, são conhecidos os nomes de Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Eduardo Oliveira e Oliveira e Hamilton Cardoso. É preciso ressaltar que Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Clóvis Moura são pensadores que têm produção escrita desde décadas anteriores. Todos estes/as intelectuais, que acabam por se aproximar e, muitas vezes, atuar em conjunto, produziram um ponto de inflexão em que o sujeito negro não deseja ter sua voz suplantada ou infantilizada (GONZALEZ, 1983),

ou seja, a pessoa negra passa a ter voz própria no mundo acadêmico, como sujeito coletivo e como individualidade forte (SANTOS, M. 1999). No contexto de uma discussão acerca da noção de quilombo, estes novos sujeitos são chamados de “ideólogos negros, teoricamente filiados às ciências sociais ou por elas influenciados, preocupados em criar bandeiras de combate, pontas de lança de ação, ideias arrematadoras de consciências e atuações políticas” (BORGES PEREIRA, 1983b: XIV)¹.

Este é o período em que alguns/umas mestres e doutores/as que hoje são referência dos estudos de relações raciais e das culturas negras, se inseriam nas universidades, sobretudo públicas, a exemplo de Kabengele Munanga, Muniz Sodré e Joel Rufino dos Santos, posteriormente de Leda Maria Martins, Maria de Lourdes Siqueira, Helena Theodoro Lopes, Henrique Cunha Jr., Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Outros/as intelectuais negros/as ativistas traçam caminhos distintos, como é o caso de Clóvis Moura, reconhecido pelos seus pares nas universidades.

O movimento negro de base acadêmica se sintoniza com as outras organizações no enunciado da existência do racismo no Brasil, no repensar a nação em plena ditadura militar, e pela busca de uma narrativa própria, de histórias e memórias negras. O cenário traz também o quadro das relações entre pesquisadores/as brancos/as e negros/as que merece levantamentos e estudos mais aprofundados no que se refere a grupos e eventos, a exemplo do GT “Temas e problemas da população negra” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e no tocante à relação entre orientadores/as brancos/as e orientandos/as negros/as.

A trama das trajetórias pessoais e coletivas fica a merecer maiores reflexões. Flávia Rios (2009), ao cotejar artigos de Lélia Gonzalez, Joel Rufino dos Santos e Hamilton Cardoso da primeira metade dos anos 1980, deixa uma indagação e faz uma afirmação acerca destes sujeitos: “Quem são eles? O que mais chama a atenção nessa produção é o fato dos negros deslocarem-se do lugar de informantes dos pesquisadores estabelecidos para a posição de ensaístas e intelectuais” (p. 266).

1. João Batista Borges Pereira foi o orientador de Kabengele Munanga, Marlene de Oliveira Cunha e Eduardo Oliveira e Oliveira, que não concluiu a dissertação em virtude de sua morte. A discussão racializada e ideologizada em torno da noção de quilombo é abordada em Ratts (2003).



UM PROJETO DE NEGRITUDE ACADÊMICA: O GTAR NA UFF

Na cidade do Rio de Janeiro, no início dos anos 1970, um grupo de pessoas se reúne aos sábados no Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes e no Teatro Opinião, em Ipanema. Deste coletivo formam-se 3 grupos fluminenses: o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), a Sociedade Internacional Brasil África (SINBA) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN).² Hanchard (2001: p. 110), que não menciona o GTAR, entra no mérito das divergências entre IPCN e SINBA - que ele traduz como americanistas e africanistas - e registra a continuidade da primeira entidade até os dias de hoje.

Participante das referidas reuniões, Beatriz Nascimento conclui sua graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro e se dedica a pesquisar elementos de continuidade na organização social da população negra dos quilombos do período escravista, como parte de sua especialização também em história na Universidade Federal Fluminense. Participando das reuniões acima mencionadas, ela estimula a criação de um grupo de estudos do qual participam sua irmã Rosa Virgínia Nascimento, estudante de Geografia, sua amiga e companheira de trabalho de campo, Marlene de Oliveira Cunha, que cursa Ciências Sociais, e outros colegas das áreas de Humanidades, mas também das Exatas.

Nos seus documentos, os membros do GTAR nararam seu processo de formação e deixam explícitos seus objetivos acadêmicos:

Atualmente, um grupo de alunos negros dos cursos de História, Geografia, Ciências Sociais, Química e Física da Universidade Federal Fluminense organiza um encontro que denominou de “Semana de Estudos Sobre

a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira”. Neste encontro o grupo convida autoridades e especialistas na área das Ciências Humanas ligadas às questões relativas ao Negro brasileiro atual, dentro de uma abordagem das relações raciais.

A tentativa de realizar este trabalho foi iniciado [sic] em 1973 no Centro de Estudos Afro-Asiáticos pela professora Maria Beatriz Nascimento e alguns jovens negros interessados em formar um grupo de estudos.

(...) O grupo tem por preocupação quanto aos temas apresentados no decorrer das semanas de estudos a de mostrar uma nova forma de abordar as Relações Raciais concernentes ao negro brasileiro enquanto raça e de sua implicação no seu todo social (GTAR, 1978: p. 01).

Estando situado no espaço acadêmico, chama a atenção a precisão do propósito teórico e político do GTAR, nem sempre nítido aos olhos contemporâneos.

Na realização das semanas de estudos o grupo de alunos negros universitários tiveram como propósitos [sic]: introduzir gradualmente na Universidade créditos específicos sobre as Relações Raciais no Brasil, principalmente nos cursos que abrangem a área das Ciências Humanas; tentar uma reformulação do programa de Antropologia do Negro brasileiro no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (já foi reformulado); atualizar a bibliografia no que diz respeito ao assunto adotado pelo corpo docente e discente da Universidade e estabelecer contato entre professores que desenvolvem teses sobre Relações raciais fora da UFF com o corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (GTAR, 1978: p. 01).

Definido como um “grupo de alunos negros universitários”, o GTAR estava, na expressão do próprio grupo, “em busca de espaço” (GTAR, 1982). Para tanto, fez articulações internas na UFF e com pesquisadores/as sobretudo do Sudeste. Cabe ressaltar que cada convidado/a colaborava com a produção de uma comunicação que era publicada em apostila, distribuída a quem participava do evento. Um quadro dos/as intelectuais nacionais e estrangeiros/as que colaboraram com o GTAR entre 1976 e 1978 contribuiu para que aquilatemos a amplitude do projeto acadêmico.

Quadro I – Colaboradores/as do Grupo de Trabalho André Rebouças (1976 – 1978)

Carlos A. Hasenbalg	Sociólogo
Décio Freitas	Historiador
Eduardo de Oliveira e Oliveira	Sociólogo
João Baptista Borges Pereira	Antropólogo
José Bonifácio Rodrigues	Historiador
Juana Elbein	Antropóloga
Leni Silverstein	Antropóloga
Manuel Nunes Pereira	Antropólogo
Maria Beatriz Nascimento	Historiadora
Maria Maia de Oliveira Berriel	Antropóloga
Michael Turner	Historiador
Peter Fry	Antropólogo
Reginaldo Guimarães	Historiador
Roy Glasgow	Historiador
Vicente Salles	Antropólogo
Yvone Maggie Alves Velho	Antropóloga

Fonte: GTAR, 1976, 1977, 1978.

Naquele período, além de estudiosos renomados como João Baptista Borges Pereira, Nunes Pereira e Vicente Salles, aparecem dois intelectuais com perspectiva negra que se tornam referências para os/as jovens do GTAR: Beatriz Nascimento (1974a, 1974b), que pensa o estudo das relações raciais e a produção historiográfica; e Eduardo Oliveira e Oliveira (1974, 1977), que pesquisa acerca da ideologia racial e dos movimentos negros, além de escrever sobre a necessidade de uma produção acadêmica. São dois dos/as intelectuais mais reconhecidos/as pelo movimento negro emergente nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo (CUNHA JR., 2002: p. 22).

Alguns intelectuais brancos/as (ou não negros/as) iniciam sua carreira acadêmica naquele momento, a exemplo de Maria Maia de Oliveira Berriel, então diretora do ICFH-UFF, que refaz uma bibliografia sobre o negro para uma das “semanas de estudos” (BERRIEL, 1977) e desenvolve sua dissertação acerca de preconceito e ideologia racial no Brasil (BERRIEL, 1975). Destaco também Carlos Hasenbalg cujos estudos de desigualdades raciais despontam àquela época³. A bibliografia dos/as colaboradores/as do GTAR também contribui

3. Como contraponto deste quadro merece comentário a postura atual de Yvonne Maggie e Peter Fry contrários à adoção da variável raça nas políticas identitárias e nas políticas públicas, particularmente na implementação de ações afirmativas para a população negra, sobretudo da reserva de vagas para estudantes negros/as.

para que compreendamos na diversificação dos temas quais são as preocupações do grupo: história do negro nas Américas e no Brasil, relações raciais, desigualdades raciais, cultura negra e religiões afro-brasileiras.

É relevante destacar, por meio das palavras do próprio Grupo de Trabalho André Rebouças, detalhes do contexto que aproxima a entidade da mobilização política negra de então, a exemplo da eleição do dia 20 de novembro como data de referência positiva, proposta pelo Grupo Palmares de Porto Alegre e adotada consensualmente depois de 1978: “No ano de 1977, a 3ª. Semana de Estudos Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira foi organizada e transferida para novembro em homenagem a ZUMBI, Rei dos Palmares, tendo por objetivos os mesmos do ano anterior” (p. 01).

Cabe ressaltar a vontade de reconhecimento e o processo de institucionalização da Semana de Estudos e do próprio Grupo de Trabalho André Rebouças que vem por intermédio de uma portaria do Ministério de Educação e Cultura de setembro de 1978:

Devido a este reconhecimento, o grupo de alunos negros sentiu necessidade de organizar-se juridicamente com o nome de “Grupo de Trabalho André Rebouças” aglutinando intelectuais, ex-alunos e alunos negros que participam das semanas de estudos sobre a contribuição do Negro na Formação social Brasileira.

A proposta do de “Grupo de Trabalho André Rebouças” é a de manter uma continuidade do trabalho desenvolvido na universidade, cujos resultados fortaleceram os objetivos destes alunos negros de continuar mantendo uma linha de atuação acadêmica que os beneficiou duplamente, ou seja, por um lado, no sentido de conhecimento científico, e por outro lado no sentido de se preparar para uma ação voltada para a comunidade de onde procedem (GTAR, 1978: p. 2).

O GTAR se constituiu como um projeto de negritude acadêmica, formando acadêmicos ativistas, alguns/umas dos/as quais se tornaram pesquisadores/as das relações raciais, a exemplo de Marlene de Oliveira Cunha e posteriormente Andreilino de Oliveira Campos. Na dissertação de Cunha (1986) acerca da linguagem gestual no candomblé Angola, ela indica que a escolha do tema se dá em meio a seu curso de Ciências Sociais na UFF, o que a leva à organização das “Semana de Estudos” e à criação do GTAR com colegas e amigos/as. Na introdução do seu trabalho, ela reflete a situação de pesquisadora negra com um orientador branco, tensão que em grande parte se dissolve na amizade construída ao longo da pesquisa (p. 11-12).

2. Este processo está em relatos de ativistas negros/as fluminenses do período (CONTINS, 2005; ALBERTI & PEREIRA, 2007). Acerca da SINBA, ver o artigo de Joselina da Silva (2009)

O seu ponto de partida com o “objeto de estudo” vem de um circuito próximo, de seu ambiente familiar com parentes e amigos/as que são lideranças religiosas: “percebi que havia uma forte identificação entre mim e o grupo que pesquisava. Sentia que fazia parte do mesmo processo” (p. 18). Os escritos de Beatriz Nascimento e o estudo de Marlene Oliveira Cunha – que aborda corpo e linguagem – exemplificam uma parte do projeto político acadêmico do Grupo de Trabalho André Rebouças.

“NÓS TEMOS DIREITO A ESSA INSTITUIÇÃO”: A QUINZENA DO NEGRO NA USP

Em outubro de 1977, o então mestrando em Antropologia na USP, Eduardo Oliveira e Oliveira, organiza a *Quinzena do Negro* naquela instituição. O evento, do qual existem registros impressos e audiovisuais, é composto por mesas, conferências e exposição, com divulgação na imprensa paulista.⁴ É necessário lembrar que o evento ocorre durante a ditadura militar.

No texto/manifesto do evento, Oliveira indica que um dos propósitos é “revelar alguns brasileiros que têm contribuído para a história pátria (...) – e que têm permanecido à margem desta história, porque seus cronistas, aqueles que com ela se identificam, não tiveram até agora os meios exigidos para que se tornem arautos dessas verdades” (OLIVEIRA, 2001, p. 287). O autor e ativista identifica as difíceis condições da formação de um pensamento negro: a falta de meios para produção da verdade. Por verdade, entendo não “A Verdade” absoluta que paira acima dos seres humanos, mas a vontade de verdade, posicionada, voz própria que emerge em territórios discursivos. Voz de pensadores/as negros/as. “Voz que vem do interior”, como indico em outro artigo (RATTS, 2003).

Nesse sentido, Eduardo Oliveira e Oliveira sintetiza o propósito maior do evento: “um aspecto que nos parece da maior relevância – revelar o negro como criador e criatura. Numa palavra: Sujeito” (IDEM). Vemos que a constituição de um lugar de fala enquanto sujeito

é proposta por quem era objeto de estudo de médicos, folcloristas, antropólogos, sociólogos e que fora objeto de intervenção de mercadores, latifundiários, religiosos, senhoras e senhores de toda ordem.

Cabe destacar que na *Quinzena do Negro* acontece uma mesa redonda com estudantes afro-brasileiros com a participação de Rafael Pinto, que cursava Ciências Sociais na USP, Hamilton Cardoso, estudante de jornalismo, e mais dois nomes mencionados como Márcio e Andrada. Na plateia há militantes de uma geração anterior, pesquisadoras e pesquisadores das culturas negras e das relações raciais.

Como parte do evento, Beatriz Nascimento profere a conferência *Historiografia do Quilombo*. Ela era amiga de Eduardo Oliveira e Oliveira com quem já havia trabalhado nas “semanas de estudos” do GTAR na UFF. Na conferência a pesquisadora e ativista demarca sua posição face ao que se discutia e produzia na historiografia brasileira: “Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra pra fazenda e pra mineração” (NASCIMENTO, 1989). O que ela propõe não é uma simples troca de termos, de “escravo” por “negro”. A escravidão de africanos e africanas por sua extensão espacial e temporal marcou indelevelmente a experiência negra na África, na América, na Europa. Mas a interpretação do “indivíduo escravizado” como um ser coisificado é um ônus excessivamente pesado, que dificulta a compreensão do indivíduo negro como pessoa.

A ênfase na diferença questiona a subsunção do “negro” ou da “raça” na variável classe ou no rol de outras identidades, perspectiva com a qual ainda nos debatemos. À semelhança de Oliveira, o propósito de Nascimento é o reposicionamento da pessoa negra como sujeito na ocupação de espaços sociais, no caso, o acadêmico. Na intervenção, após a conferência de Beatriz Nascimento, Eduardo Oliveira e Oliveira enuncia mais um aspecto do projeto político: “Nós temos direito a essa instituição. Sobretudo essa aqui [a USP] que é pública. E o fato de fazer [a *Quinzena do Negro*] dentro dessa universidade é porque a universidade assume a sua possibilidade de universidade para formar mais negros”⁵.

Para ele e para ela os/as estudantes e intelectuais negros/as não devem se distanciar das coletividades negras, quaisquer que sejam e onde quer que estejam: bairros *Black*, escolas de samba, terreiros, favelas. Para ele, o nome construído e a titulação são importantes, mas deve-se ter o cuidado de não se submeter ao segmento racialmente hegemônico: “Hoje, depois de dez anos ou doze de trabalho, já me mandam entrar e sentar, porque eu sou Eduardo Oliveira e Oliveira que tenho um título, que não pretende ser doutor, que não se branqueou, mas que usa disso como instrumento de trabalho para se afirmar como negro e ajudar outros negros a se afirmarem como tal”⁶.

Em termos de faixa etária, estes/as intelectuais não são tão jovens: Beatriz está com 33 anos, Eduardo tem 49 e Hamilton 24 anos. Têm artigos e ensaios publicados e participam de circuitos intelectuais e políticos de relativa visibilidade para o período. Nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo organizam debates e outros eventos em que acadêmicos/as e ativistas problematizam suas demandas de formação e de atuação social. São questionadores/as qualificados/as do racismo brasileiro. Contudo, não falavam em uníssono, têm individualidade.

Em artigo de 1974, Beatriz Nascimento propugna “uma história do homem negro” em que fosse colocada também a subjetividade do pesquisador/a: “Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando” (NASCIMENTO, 1974b, p.44). Por seus escritos, presumo que não se trata de fazer uma auto-análise em todos os textos e sim trazer elementos da reflexividade.

No mesmo ano, Eduardo Oliveira e Oliveira publica uma resenha crítica do livro de Carl Degler (*Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*), apontando a dificuldade de entendimento da desigualdade preto/branco pelo “mulato” face ao mito da democracia racial (OLIVEIRA, 1974). Na comunicação intitulada *Etnia e compromisso intelectual*, datada do mesmo ano da *Quinzena do Negro*, o autor faz algumas indagações acerca de quem é (e de quem pode ser) intelectual no Brasil e da necessidade de afirmação do intelectual negro, sem negar sua condição social: “Vivemos num mundo onde a cor, a etnicidade e a classe social são de primordial importância, sendo assim impossível ao cientista (e em

particular ao cientista negro), manter uma neutralidade valorativa” (OLIVEIRA, 1977, p. 26).

Para o autor a experiência deve balizar a construção de uma ciência *para* e não tanto *sobre* o negro, ou, por exemplo, de uma sociologia, historiografia, economia ou antropologia negras, como reação e como construção face ao quadro das ciências humanas no tocante aos estudos de relações raciais⁷. O autor prossegue propugnando a ideia de uma “ciência negra”, por conseguinte, de “cientistas negros”:

Os cientistas negros, influenciados pessoalmente por sua experiência de negros, devem estabelecer uma investida “perceptiva”, tentando conhecer os fenômenos a serem estudados como sujeito/objetos que são de suas abordagens. Convém também lembrar que a ciência que fez do negro um objeto de estudo, jamais pensou que este objeto questionaria sua suposta “objetividade” quando detivesse os instrumentos necessários para avaliá-la (1977, p. 26).

O interesse do sociólogo e ativista, neste caso, é a formação e o posicionamento do intelectual negro:

Em que medida o “intelectual negro” deve se libertar dos clichês relativos ao problema negro? O intelectual lato-sensu é um homem que contribui com idéias originais, novas descobertas e informações no conjunto já existente do conhecimento. Um “intelectual negro” é uma espécie à parte. Nos ombros dele recai uma outra tarefa, a de descolonizar sua mente de maneira que possa guiar outros intelectuais e estudantes na procura da liberdade. (IDEM, p. 26, grifo do autor).

O autor segue apontando o que seriam para ele os elementos deste processo que deve levar a uma transformação social: “O cientista negro precisa se tornar um teórico e precursor da mudança social, a partir de seu próprio grupo, para o que necessita, além de engajamento pessoal, desenvolver novas técnicas e perspectivas” (IDEM, p. 26).

7. Oliveira relata que defendera esta proposição em vários eventos, inclusive na 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (realizada em São Paulo, de 6 a 13 de julho de 1977), no simpósio “Brasil Negro” por ele coordenado, por meio de uma comunicação intitulada “De uma ciência Para e não tanto Sobre o negro” (IDEM: p. 22).

4. Fez parte da semana uma exposição organizada por Mariano Carneiro da Cunha, então diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

5. Transcrição do filme *Ori*. Direção de Raquel Gerber. Angra filmes, 1989.

6. Idem.

Oliveira se referencia em uma assertiva de Roger Bastide que merece citação: de que “o sábio que se debruçar sobre os problemas afro-brasileiros encontra-se, pois, implicado, queira ou não em um problema angustiante” e que deve proceder “no decorrer de sua pesquisa, uma outra pesquisa, paralela, sobre ele mesmo; uma espécie de auto-psicanálise intelectual, e isto, seja ele branco ou negro” (BASTIDE apud OLIVEIRA, 1977, p. 27). O autor conclui: “O negro ‘intelectual’, encurralado na sua condição primeira e primeira de raça, sujeito/objeto de seu trabalho, não tem outra opção. Não está lidando com um assunto (é preciso que ele saiba), mas uma causa” (IDEM, p. 27, grifos do autor).

Para o/a intelectual negro/a ativista a escolha do campo de estudos e pesquisas vem acompanhada da reflexividade de suas condições e de seus posicionamentos. O sujeito “faz parte da matéria investigada” (NASCIMENTO, 1978, p. 41). Afirmar-se racialmente na academia não implica em ter certezas inquestionáveis ou facilidades no estudo das relações raciais. Este é um complexo processo de orientação, balizamento e formação.

CORPOS DOCENTES E DISCENTES NEGROS: OS NEABs E OS CENs

O quadro desenhado por ativistas negros/as no espaço acadêmico nos anos 1970 reverbera no Rio de Janeiro e em São Paulo, como é o caso da influência de Beatriz Nascimento e Eduardo Oliveira e Oliveira e também de Lélia Gonzalez, Joel Rufino dos Santos e outros/as que também percorriam o país num processo de formação para além dos espaços educação formal contando com intelectuais “locais”.

Nos anos 1980, são criados alguns Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, protagonizados por mestres e doutores negros/as e com a colaboração de intelectuais brancos/as e outros. É o caso do NEAB-UFAL, NEAB-UFMA, CEAB-UCG (PUC-GO). Outros são criados na década seguinte: NEAB/UFSCar, PENESB-UFF, NUPE-UNESP e NEN-SC.

Tais coletivos podem ter sido formados por uma quase totalidade de pesquisadores/as negros/as ou contar com a colaboração de estudiosos/as de outros pertencimentos étnico-raciais. Vários NEABs se constituem como “territórios negros no espaço branco” acadêmico, se tornam grupos de estudos e pesquisas,

realizam projetos de extensão e de qualificação de professores/as para a educação das relações étnico-raciais (no espírito da lei 10639/03) e elaboram propostas de ações afirmativas para a população negra.

A presença de professores/as e estudantes negros/as se torna mais organizada e articulada. São realizados eventos como o *I Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros*, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília, em 1989, e o Seminário Nacional de Universitários Negros, em Salvador, no ano de 1993, que tem como tema “A universidade que o povo negro quer”. Este processo culmina em 2000, em Recife, na UFPE, com a organização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, no qual é criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), proposição do engenheiro e educador Henrique Cunha Jr.. Como participantes deste cenário, estão graduandos/as e pós-graduandos/as que posteriormente assumem a docência e participam da consolidação e criação de NEABs, situação na qual me incluo, o que me permite tecer considerações como observador participante.

Criado em 2004, no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, realizado na UFMA em São Luís do Maranhão, o Consórcio de NEABs e grupos correlatos conta inicialmente com a participação de 16 grupos e hoje soma 76 núcleos⁸. Alguns/umas pesquisadores/as dos NEABs, concentrados/as na área das Humanidades, tornam-se referência no campo dos estudos das relações raciais, muitas vezes abordados na perspectiva da interseccionalidade com as variáveis classe, gênero e outras. Um processo de internacionalização dos/as pesquisadores/as negros brasileiros/as está em curso.

Iniciativas dos/as ativistas preocupados/as com o acesso à universidade se inserem neste quadro, a exemplo da Cooperativa Stive Biko de Salvador e dos Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (SANTOS, R., 2006). Neste sentido, observa-se por todo o país um processo de discussão e implementação das Ações Afirmativas para a população negra e particularmente das cotas raciais, a partir sobretudo de 2001.

Neste contexto surgem Coletivos de Estudantes Negros (CENs) que se estendem por vários estados, mantendo uma posição de crítica e de participação em relação às instituições de ensino superior nas quais se situam, posto que fazem pressão pelas Ações Afirmativas e por políticas do conhecimento que se vol-

tem para a população negra e também porque podem abrigar discentes de outras universidades, do ensino médio ou não se circunscrever ao público estudantil. Desde 2001 surgem: Enegreser, na UnB em Brasília; Coletivo de Estudantes Negros e Negras Beatriz Nascimento (CANBENAS), na UFG em Goiânia; na Bahia, o Núcleo de Estudantes Negras e Negros na UFBA e o UBUNTU – Núcleo de Estudantes Negros e Negras na UNEB, o Coletivo Denegrir na UERJ, Rio de Janeiro. Neste sentido, ainda que contem com o apoio de um/a ou outro/a docente, os Coletivos de Estudantes Negros marcam com expressão própria o cenário de algumas instituições de ensino superior, particularmente as universidades públicas. Em 2004, no III Congresso Brasileiro de Estudantes Negros há a tentativa de criação de uma Associação Nacional de Estudantes Negros que não logra efeito.

Os NEABs, presentes em todo o território nacional, em instituições de ensino superior, públicas e privadas, marcados pela presença de intelectuais negros/as ativistas e qualificados como núcleos de ensino, pesquisa e extensão, nem sempre se definem e são reconhecidos como grupos negros, posto que podem contar em maior ou menor grau com a presença de pesquisadores e professores/as de outros segmentos étnico-raciais. Os Coletivos de Estudantes são identificados prontamente como grupos negros e demonstram a preocupação com sua qualificação profissional e o ativismo, posto que muitos/as realizam seus trabalhos de conclusão de curso no campo das relações raciais, encaminhando-se para a pós-graduação, defrontando-se por vezes com a falta de orientação nas suas áreas de formação. Ambas as coletividades estão a merecer uma observação de maior acuidade.

CORPOS NEGROS EDUCADOS: UMA DIGRESSÃO A TÍTULO DE CONCLUSÃO

A expressão que dá título a este artigo advém da releitura do título e do conteúdo do livro organizado por Louro (2001): *O corpo educado*. Nos espaços escolares e acadêmicos é rara a discussão acerca da corporeidade dos segmentos que os compõem, pois parecem ser a-corporais e, por extensão, sem lugar para as subjetividades e para as trajetórias pessoais e coletivas, como afirma bell hooks: “o mundo público da aprendizagem institucional é um lugar onde o corpo tem de ser

anulado, tem que passar despercebido” (2001, p. 115). Para a autora, este afastamento do corpo como assunto escolar e acadêmico, implica, de certo modo, no distanciamento de temas que remetem à subjetividade, à emoção, à paixão:

“Não há muito ensino ou aprendizagem apaixonada na educação superior hoje em dia. Mesmo onde estudantes estão desesperadamente desejando ser tocados pelo conhecimento, professoras e professores ainda têm medo do desafio, ainda deixam que suas preocupações sobre perda de controle prevaleçam sobre seus desejos de ensinar.

Ao mesmo tempo, aqueles e aquelas de nós que ensinamos os mesmos velhos assuntos das mesmas velhas maneiras estamos, muitas vezes, intimamente aborrecidos – incapazes de reacender paixões que um dia podíamos ter sentido (hooks, 2001, p.122-123)

Temas ligados à questão étnico-racial, mas também ao gênero e à sexualidade, por exemplo, remetem ao campo da subjetividade, e, para alguns/umas pesquisadores/as negros/as são apaixonantes, comoventes, sem necessariamente incorrer em sentimentalismo.

Sem essencialismo, o corpo é uma das principais referências da raça (mas também do gênero e da sexualidade). O corpo é “educado” e na educação formal temos corpos – docentes e discentes, mais usados como metáforas, distantes do significante corpóreo. Professoras/es e estudantes têm corpo (hooks, 2001), são corpos em processo de educação, são corpos educados. Corpos docentes e discentes.

Nas escolas e nas universidades transitam, se encontram e se confrontam corpos femininos e masculinos, negros e brancos, heterossexuais e homossexuais em construção e, em algumas situações, sem definição de raça, gênero ou orientação sexual. Nem sempre acontece o necessário e adequado reconhecimento das identidades, das diferenças, das culturas, dos corpos diferenciados (racializados, etnicizados e generificados) e também das incertezas, das indefinições, das transformações corpóreas.

Os corpos racializados estão no currículo, nos livros didáticos e paradidáticos (tanto nos textos quanto nas ilustrações), nos vídeos, nas músicas, na educação física, nas apresentações artísticas. Neste âmbito, é possível identificar e confrontar estereótipos ou imagens ardilosas acerca das pessoas negras que permeiam toda a sociedade, segundo Edimilson de Almeida Pereira e Núbia Pereira Gomes (2001). Os corpos racializados de professores/as, gestores, funcionários/as e estudantes

8. http://br.groups.yahoo.com/group/consorcio_neabs/attachments/folder/1036087237/item/list

estão presentes nos vários ambientes da escola: nos corredores, nos pátios, nas copas e cozinhas, mas, sobretudo, e de maneira frequente e demorada na sala de aula.

Na sociedade brasileira, de passado escravista e presente racista, o corpo negro é interpretado totalmente subdividido, como nos indica Nelson Inocêncio (2001): cabeça, cor, cabelo, torso, nádegas, genitália, pés. Na sala de aula o corpo da professora e do professor está em total evidência, sendo interpretado, durante todo o ano letivo e por toda sua trajetória. Os corpos dos/as estudantes também estão em observação.

São estes corpos docentes e discentes que têm adentrado e se encontrado no espaço universitário, na formação de territórios acadêmicos e políticos. Ainda que tenham individualidade, vêm de um terreno comum, como indica o sobrenome Santos de tantos autores aqui citados. A formação de um movimento negro de base acadêmica representa a entrada em cena de corpos educados, corpos que pensam e agem individual e coletivamente, que são vistos e se veem como negros neste espaço e que tem um projeto político que conta com uma história e memória de cerca de quarenta anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.
- BERRIEL, Maria Maia de Oliveira. Uma bibliografia sobre o negro. In: Grupo de Trabalho André Rebouças (org.). *Semana de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira*, 2. Niterói: UFF, 1977, p. 45-49.
- _____. *Preconceito e percepção: um estudo sobre a ideologia racial brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1975.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. Prefácio. In: BAIOCCHI, Mari de Nasaré. *Negros de Cedro: um estudo antropológico de um bairro rural de Goiás*. São Paulo, Ática, 1983b. p. XIII-XV.
- CONTINS, Márcia. *Lideranças negras*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

CUNHA, Marilene Oliveira. *Em busca de um espaço: a linguagem gestual no candomblé de Angola*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo, USP, 1986.

CUNHA JR. Henrique. Contexto, antecedente e precedente: o curso pré-vestibular do Núcleo de Ciência negra na USP. In: ANDRADE, Rosa Maria T & FONSECA, Eduardo (org's). *Aprovados! Currículo pré-vestibular e população negra*. São Paulo: Selo Negro, 2002, p. 17-33.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* Nº. 23, Niterói, 2007, p. 100-122.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, *Ciências Sociais Hoje*, 2. ANPOCS, 1983, p. 223-244.

_____. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos (org's). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 09-66.

Grupo de Trabalho André Rebouças (org.). *Semana de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira*, 3 Niterói: UFF, 1978.

Grupo de Trabalho André Rebouças (org.). *Semana de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira*, 2. Niterói: UFF, 1977.

Grupo de Trabalho André Rebouças (org.). *Semana de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira*, 1 Niterói: UFF, 1976.

Grupo de Trabalho André Rebouças. Em busca de um espaço. Encontro Nacional Afro-Brasileiro - Rio de Janeiro, 29/07 a 1º/08/82. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. *Cadernos Cândido Mendes*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, (8-9):64-66, 1983.

HANCHARD, Michael. *Orfeu negro e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HOOKS, bell. Eros, erotismo e a processo pedagógico. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 113-123.

INOCENCIO, Nelson. Representação visual do corpo afro-descendente. In: PANTOJA, Selma et al (orgs.) *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001. p. 191-208.

SILVA, Joselina da. Jornal SINBA: a África na construção identitária brasileira dos anos 1970. In:

PEREIRA. Amauri Mendes & SILVA, Joselina da (org's). *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 184-205.

LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. Textos e narração de Ori. Transcrição (mimeo), 1989.

_____. Negro e racismo. *Revista de Cultura Vozes*. 68 (7), 1974b, p. 65-68.

_____. Por uma história do homem negro. *Revista de Cultura Vozes*. 68(1), 1974a, p. 41-45.

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira e. Uma quinzena do negro. In: ARAÚJO, Emanuel (Curadoria) *Para nunca esquecer: negras memórias, memórias de negros*. Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 2001, p. 287.

_____. Etnia e compromisso intelectual. In: GTAR, *Caderno de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, 1977, p. 22-28.

_____. O mulato: um obstáculo epistemológico. *Revista Argumento*. Ano I, nº. 3, janeiro, 1974, p. 65-74.

PEREIRA, Edimilson de Almeida & GOMES, Núbia Pereira de M. *Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira*. Belo Horizonte: Mazza Edições/Editora PUCMinas, 2001.

RATTS, Alex (Alecsandro J. P.). Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade - movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Org.). *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2009, p. 81-108.

_____. A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo. In: BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). *De preto a afro-descendente: trajetórias de pesquisas sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos, 2003, v. 1, p. 89-108.

_____. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Kuanza. 2007.

RATTS, Alex. & RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIOS, Flávia Mateus. *Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000)*. Sociedade e Cultura. Goiânia, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009, p. 263-274.

SANCHIS, Pierre. Inculturação? Da cultura à identidade, um itinerário político no campo religioso: o caso dos agentes de pastoral negros. *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 20(2), 1999, p. 55-72.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo*. São Paulo: CONE/Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Joel Rufino. A luta organizada contra o racismo. In: SANTOS, Joel Rufino & BARBOSA, Wilson do Nascimento (org's). *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura / Fundação Cultural Palmares, 1994a, p. 87-146.

SANTOS, Joel Rufino. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel Rufino & BARBOSA, Wilson do Nascimento (org's). *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura / Fundação Cultural Palmares, 1994b, p. 147-160.

SANTOS, Marcio André de O. dos. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: PAULA, Marilene de & HERINGER, Rosana (Org.) *Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/ActionAid, 2009, p. 227-258.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. In: SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002, p.157-161.

SANTOS, Paulo Roberto dos. *Instituições afro-brasileiras: a prática da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/ Universidade Candido Mendes. 1984. Mimeo.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Agendas e agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do pré-vestibular para negros e carentes*. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro, IGC-UFF, 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília, UnB: 2007.